



COMISSÃO DE TRABALHO, SEGURANÇA SOCIAL E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

ACTA NÚMERO 36/XI (1.ª SL)

Aos trinta dias do mês de Junho de 2010, pelas 11:00 horas, reuniu a Comissão de Trabalho, Segurança Social e Administração Pública, na sala dois do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante da presente acta, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Apreciação e votação das Actas n.ºs 34 e 35.
2. Distribuição de iniciativas legislativas.
3. Apreciação do **Projecto de Resolução n.º 136/XI (PS)** – *Solidariedade: um caminho para a competitividade.*
4. Apreciação do Parecer relativo à **Proposta de Lei n.º 19/XI (GOV)** – *Estabelece as prescrições mínimas para protecção dos trabalhadores contra os riscos para a saúde e a segurança devidos à exposição, durante o trabalho, a radiações ópticas de fontes artificiais, transpondo a Directiva n.º 2006/25/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de Abril de 2006:* Deputada autora do parecer: Mariana Aiveca (BE).
5. Apreciação do Parecer relativo ao **Projecto de Lei n.º 147/XI (BE)** – *Altera o período de referência do pagamento de complemento solidário para idosos para 14 meses:* Deputado autor do parecer: Artur Rêgo (CDS-PP).
6. Apreciação do Parecer relativo ao **Projecto de Lei n.º 153/XI (BE)** – *Altera o Decreto-Lei n.º 232/2005, de 29 de Dezembro, que "Cria o complemento solidário para idosos" não fazendo depender dos rendimentos do agregado fiscal dos filhos a atribuição desta prestação:* Deputada autora do parecer: Luísa Salgueiro (PS).
7. Verificação do texto da Resolução **Iniciativas Emprego 2009 e 2010**, conforme o disposto no artigo 156.º do Regimento da Assembleia da República.
8. Apreciação de relatórios de audiências.
9. Outros assuntos.

O Senhor Presidente da Comissão, Deputado Ramos Preto (PS), que presidiu à reunião, começou por pôr à consideração dos Senhores Deputados as Actas n.ºs 34 e 35 que, submetidas à votação, foram aprovadas por unanimidade.



De seguida, foram designados autores do parecer os seguintes Senhores Deputados: Maria José Gamboa (PS) do **Projecto de Lei n.º 289/XI (BE)** - Proíbe o recurso à contratação de trabalho temporário ou estágios não remunerados e à prestação de serviços para desempenhar funções subordinadas e permanentes na Administração Pública; Luísa Salgueiro (PS) do **Projecto de Lei n.º 290/XI (BE)** - Procede à regularização dos vínculos precários na Administração Central, Regional e Local; Catarina Marcelino (PS) do **Projecto de Lei n.º 312/XI (BE)** - Define o direito à antecipação da aposentação e atribuição da pensão de velhice a trabalhadores que tenham começado a trabalhar antes de completarem 16 anos de idade e que tenham 40 anos de descontos; o PSD indicará posteriormente para o **Projecto de Lei n.º 322/XI (CDS-PP)** - Segunda alteração à Lei n.º 13/2003, de 21 de Maio, alterada pela Lei n.º 45/2005, de 29 de Agosto, que revoga o rendimento mínimo garantido, previsto na Lei n.º 19-A/96, de 29 de Junho, e cria o rendimento social de inserção; Maria José Gamboa (PS) do **Projecto de Lei n.º 323/XI (CDS-PP)** - Segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 283/2003, de 8 de Novembro, alterado pelo Decreto-Lei 42/2006, de 23 de Fevereiro, que regulamenta a Lei n.º 13/2003, de 21 de Maio, com as alterações que lhe foram introduzidas pela Lei n.º 45/2005, de 29 de Agosto. Não foi distribuído o **Projecto de Lei n.º 324/XI (BE)** - Valoriza a atribuição das pensões e de outras prestações sociais (terceira alteração à Lei n.º 53-B/2006, de 29 de Dezembro, que criou o indexante dos apoios sociais e novas regras de actualização das pensões e outras prestações sociais dos sistema de Segurança Social e terceira alteração à Lei n.º 52/2007, de 31 de Agosto, que adaptou o regime da Caixa Geral de Aposentações ao regime geral da Segurança Social em matéria de aposentação e cálculo de pensões) por ter sido agendado para o Plenário desse dia, 30 de Junho.

No terceiro ponto da Ordem do Dia procedeu-se à discussão do **Projecto de Resolução n.º 136/XI (PS)** - Solidariedade: um caminho para a competitividade. Participaram na discussão, para além das Senhoras Deputadas Maria do Rosário Carneiro e Teresa Venda (PS), os Senhores Deputados Mariana Aiveca (BE), Artur Rêgo (CDS-PP), Jorge Machado (PCP), Maria das Mercês Borges (PSD) e Maria José Gamboa (PS). A informação que, nos termos do artigo 128.º do RAR for elaborada, será remetida ao Senhor Presidente da Assembleia da República para votação em Plenário.



No ponto seguinte da Ordem do Dia, foi dada a palavra à Senhora Deputada Mariana Aiveca (BE), para apresentação do seu Parecer relativo à **Proposta de Lei n.º 19/XI (GOV)**. Submetidos à votação os pontos I (Considerandos) e III (Parecer), foram os mesmos aprovados por unanimidade.

Seguiu-se a apresentação do Parecer elaborado pelo Senhor Deputado Artur Rêgo (CDS-PP) relativo ao **Projecto de Lei n.º 147/XI (BE)**. Submetidos à votação os pontos I (Considerandos) e III (Parecer), foram os mesmos aprovados por unanimidade.

Por último, a Senhora Deputada Luísa Salgueiro (PS) apresentou o parecer relativo ao **Projecto de Lei n.º 153/XI (BE)**. Submetidos à votação os pontos I (Considerandos) e III (Parecer), foram os mesmos aprovados por unanimidade.

No sétimo ponto da Ordem do Dia, acolhidas as sugestões constantes de Informação da DAPLEN, foi aprovada por unanimidade a redacção final da Resolução Iniciativas Emprego 2009 e 2010.

No oitavo ponto da Ordem do Dia, os Senhores Deputados tomaram conhecimento dos relatórios das audiências concedidas à Inter-Reformados/CGTP; ao Sindicato Nacional dos Farmacêuticos; ao Sindicato dos Trabalhadores da Construção, Madeiras, Mármore e Cortiças do Sul; ao Sindicato dos Professores da Grande Lisboa; ao Sindicato dos Inspectores da Educação e do Ensino; à Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública e à Associação dos Bolseiros de Investigação Científica. Foi igualmente distribuído o relatório das audições com o Sindicato das Ciências e Tecnologias da Saúde; com a Associação Portuguesa de Dietistas e com a Associação Portuguesa dos Nutricionistas no âmbito da apreciação do Projecto de Lei n.º 161/XI (PS) – Cria a Ordem dos Nutricionistas e aprova o seu Estatuto.

Em outros assuntos, na sequência de informação veiculada pelo MAP, o Senhor Presidente pôs à consideração a possibilidade de o Inspector-Geral do Trabalho, que toma posse a 1 de Julho, ser ouvido na Comissão no início da próxima sessão legislativa, em Setembro, o que foi aceite por consenso.



A reunião foi encerrada às 13:15 horas, dela se tendo lavrado a presente acta, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 7 de Julho de 2010.

O PRESIDENTE,

A handwritten signature in black ink, appearing to read "António Ramos Preto", is written over the printed name. The signature is fluid and cursive, with a long horizontal stroke extending to the left.

(RAMOS PRETO)



Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Adão Silva
Adriano Rafael Moreira
Anabela Freitas
Arménio Santos
Artur Rêgo
Catarina Marcelino
Custódia Fernandes
Inês de Medeiros
Jorge Machado
Jorge Strecht
Margarida Almeida
Maria Conceição Pereira
Maria das Mercês Borges
Maria José Gamboa
Mariana Aiveca
Miguel Laranjeiro
Pedro Mota Soares
Ramos Preto
Rita Miguel
Teresa Santos
Luísa Salgueiro

Faltou a seguinte Senhora Deputada:

Maria José Nogueira Pinto